

A POLÍTICA E PRÁTICA PEDAGÓGICA
DE PROFESSORES UM UMA REDE MUNICIPAL INCLUSIVA
DA AMAZÔNIA PARAENSE

Tânia Regina Lobato dos Santos¹

tanielobato@superig.com.br

Ivanilde Apoluceno de Oliveira²

nildeapoluceno@uol.com.br

Grupo de Pesquisa: Infância, Cultura e Educação

Universidade do Estado do Pará-Brasil

Resumo

Esta pesquisa faz uma reflexão sobre a inclusão de crianças de 3 a 5 anos com deficiência na rede municipal de Belém-PA a partir da implantação da política de inclusão e da prática pedagógica dos professores de educação infantil na educação especial. O problema de pesquisa: como está sendo implantada a política e desenvolvida e a prática pedagógica de professores na educação infantil em Unidades de Educação Infantil e em escolas de ensino fundamental com turmas de crianças com deficiência em uma rede de ensino municipal? Objetiva conhecer a política e a prática pedagógica de professores na perspectiva da inclusão de crianças de educação infantil. Pesquisa de abordagem qualitativa do tipo estudo de caso que apresenta como procedimentos metodológicos o levantamento teórico e documental, a observação e a entrevista semiestruturada com dois professores e dois gestores da SEMEC. A pesquisa apontou para a importância das formações que possibilitam ao professor utilizar recursos que viabilizem a inclusão, o desenvolvimento e socialização das crianças com deficiência em conjunto com as demais crianças.

Palavras-chave: Educação Inclusiva, Educação Infantil, Políticas de Inclusão, Prática Pedagógica.

The pedagogical policy and practice of teachers in an inclusive municipal network of the Paraense Amazon

Abstract

This research reflects on the inclusion of children aged 3 to 5 years with disabilities in the municipal network of Belém-PA from the implementation of the policy of inclusion and pedagogical practice of teachers of child education in special education. The research problem: how is the policy being implemented and the pedagogical practice of teachers in children's education developed in Children Education Units and in elementary schools with classes of children with disabilities in a municipal education network? It aims to know the policy and pedagogical practice of teachers in the perspective of the inclusion of children of child education. This is a research of a qualitative approach of the case study type that presents as methodological procedures the theoretical and documentary survey, the observation and the semistructured interview with two teachers and two managers of SEMEC. The research pointed to the importance of the formations that allow the teacher to use

¹Pós-doutora em Educação pela PUC-RIO. Doutora em Educação pela PUC-SP. Professora Titular, pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Educação e membro do Núcleo de Educação Popular Paulo Freire da Universidade do Estado do Pará. Endereço: Av. Visconde de Souza Franco nº 601, apto 2202. Umarizal. Belém-Pará. CEP: 66.055-005. E-mail: tanielobato@superig.com.br.

² Pós-Doutora em Educação pela PUC-Rio. Doutora em Educação pela PUC-SP/UNAM/UAM-México. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação e Coordenadora do Núcleo de Educação Popular Paulo Freire da Universidade do Estado do Pará. E-mail: nildeapoluceno@uol.com

resources that enable the inclusion, the development and socialization of children with disabilities together with other children.

Keywords: Inclusive Education, Child Education, Inclusion Policies, Pedagogical Practice.

Introdução

A política inclusiva implantada na Educação Especial no Brasil tem referência em documentos oficiais do MEC como a “Política Nacional de Educação Especial”, (Brasil, 1994) e a “Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva – Grupo de Trabalho – MEC” (Brasil, 2008), bem como em documentos de encontros internacionais entre os quais a Declaração Mundial Sobre Educação para Todos (UNESCO, 1990) e a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994).

A política inclusiva objetiva oportunizar a educação democrática para todos, considerando ser o acesso ao ensino público de qualidade e o exercício da cidadania um direito e um dever do Estado. Esta política sinaliza para a democratização do espaço escolar, sendo o eixo de referência pedagógica a aprendizagem em interação com o ambiente diverso e complexo, focalizada nas potencialidades dos indivíduos (OLIVEIRA, 2005).

A principal relevância deste estudo decorre de romper com o silenciamento existente em relação ao tema da Educação Infantil e a Educação Especial nas políticas educacionais. Acredita-se que a escola inclusiva é o espaço em que as crianças precisam ser aceitas e estimuladas nos aspectos: cognitivo, emocional, cultural e social e que a concepção que a Educação Infantil Inclusiva é possível e necessária para o desenvolvimento global das crianças com deficiência.

O problema que levantamos na pesquisa é: como está sendo implantada a política e desenvolvida e a prática pedagógica de professores na educação infantil em Unidades de Educação Infantil com turmas de crianças com deficiência em uma rede de ensino municipal?

O objetivo deste estudo é conhecer a política e a prática pedagógica de professores na perspectiva da inclusão de crianças de educação infantil.

O texto encontra-se estruturado de modo a apresentar: os aspectos metodológicos da pesquisa. Nos resultados e discussões apresentar a abordagem sobre os elementos legais da educação infantil inclusiva no Brasil, e analisar a política e práticas pedagógicas de educação infantil inclusiva da SEMEC-Belém.

Aspectos metodológicos

Em relação aos aspectos metodológicos a pesquisa é de abordagem qualitativa, do tipo estudo de caso (Yin, 2015), com enfoque crítico-dialético, que de acordo com Marconi e Lakatos (2013, p.110), “penetra o mundo dos fenômenos através de sua ação recíproca, da contradição inerente ao fenômeno”.

Esta pesquisa foi realizada em uma Unidade de Educação Infantil – UMEI, vinculada à Secretaria Municipal de Educação de Belém e que atende especificamente Educação Infantil (Creches e Pré-escolas).

A cidade de Belém está localizada ao norte do Estado do Pará (Brasil), com uma área de 1.059,458 Km²; possui uma densidade demográfica de 1.432.844 habitantes (IBGE, 2014).

A Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SEMEC) tem por objetivo fortalecer a educação básica da educação infantil ao ensino fundamental e atende as modalidades da Educação Especial, Educação do Campo e Educação de Jovens na cidade de Belém.

Para atender a educação especial foi criado o Centro de Referência em Inclusão Educacional "Gabriel Lima Mendes" - CRIE (Belém, 2017), que realiza atendimentos especializados nas Salas de Recurso Multifuncionais (SRM), no contra turno escolar, podendo ser realizado duas a três vezes por semanas. Proporciona, também, o atendimento das crianças de educação infantil matriculadas com deficiência nas escolas públicas do município de Belém. Segundo o Censo Escolar (Brasil, 2017) existem em Belém 125 escolas municipais, distribuídas em oito distritos administrativos, sendo 45 unidades de Educação Infantil orientadas pelo CRIE.

Inicialmente foi realizada uma pesquisa exploratória junto a SEMEC-BELÉM, visando a escolha das Unidades de Educação Infantil- UMEI a serem pesquisadas. Os critérios de escolha do *lôcus* da pesquisa teve por base três critérios: 1) escolas de educação infantil inclusivas; 2) escolas que aceitem participar do projeto; 3) escolas com maior número de crianças com deficiência matriculadas.

No tocante aos sujeitos da pesquisa, foram entrevistados, por meio de roteiro semiestruturado, dois gestores da SEMEC e dois professores (estes codificados como P1 e P2), de uma Unidade de Educação Infantil que tem crianças da educação especial incluídas. Os critérios de escolha dos sujeitos foram: 1) disponibilidade para participar da pesquisa; 2) tempo de experiência na escola e 3) trabalhar na escola com crianças de Educação

Infantil incluídas. Sobre a prática observada, neste artigo, o foco é ao fazer pedagógico de uma UMEI. O resultado da observação foi registrado em Diário de Campo.

Nas entrevistas buscou-se propiciar ao entrevistador e entrevistado uma relação baseada no diálogo (Oliveira; Fonseca; Santos, 2010). Na análise dos dados foram utilizadas a técnica de categorização temática.

Na elaboração do texto, foi realizado levantamento bibliográfico, tendo como principais autores vinculados a educação infantil e inclusiva: Oliveira (2011, 2005); Drago (2011); Kuhlmann (1998); Ferreira e Santana (2010); entre outros.

Resultados e discussões

Aspectos legais da educação infantil inclusiva no Brasil.

Até o século XX não haviam definidas políticas de educação inclusiva e sim a existências de práticas assistencialistas, por meio de educação compensatória, que refletia na discriminação social, principalmente às crianças com deficiência.

Segundo Oliveira (2005) a política de integração da educação especial é substituída pela Educação na perspectiva inclusiva, nos anos 1990, que desloca o enfoque individual, centrado no/a aluno/a, para a escola, reconhecendo no seu interior a diversidade de diferenças: individuais, físicas, culturais e sociais.

A escola inclusiva pressupõe mudanças na estrutura de atendimento às especificidades das crianças com deficiência na aprendizagem. De acordo com as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica as mudanças envolvem: (1) perceber as necessidades educacionais especiais dos alunos e valorizar a educação inclusiva; (2) flexibilizar a ação pedagógica nas diferentes áreas de conhecimento de modo adequado às necessidades especiais de aprendizagem; (3) avaliar continuamente o processo educativo; (4) atuar em equipe, inclusive com professores especializados em educação especial (Brasil, 2001).

A política de educação inclusiva no Brasil objetiva atender a todos os níveis e modalidades de ensino, entre os quais a educação infantil. Assim, a partir da Constituição de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96 a educação infantil faz parte da educação básica e a criança é considerada como sujeito cultural, sócio-histórico e de direito.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN nº 9394/96 a Educação Básica, encontram-se os níveis: infantil, fundamental e médio e as modalidades de ensino: educação especial, educação de jovens e

adultos, educação indígena, educação do campo e educação profissional. Neste texto nos propomos a analisar a Educação Infantil articulada a modalidade de Educação Especial.

A inserção da Educação Infantil na educação básica é resultado de ações de movimentos sociais que, “a partir do final da década de 1970, lutaram – e ainda lutam – pela implantação de creches e pré-escolas que respeitem os direitos das crianças e das famílias” (Kuhlmann, 1998, p.179).

Na Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), a Educação Infantil se constitui em ação prioritária para o atendimento da criança com deficiência, por possibilitar o desenvolvimento das suas potencialidades, promover a interação e o convívio com as diferenças de cor, gênero, religião, classe social, condições físicas ou comportamentais.

Consideram-se pessoas com deficiência as que possuem impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas (Brasil, 2011, p.26). Entretanto, neste texto, o termo criança com deficiência, tem relação com as características específica da criança, que necessita de ações pedagógicas que possibilitem conhecer, vivenciar e construir conhecimentos no ambiente escolar, pois é sujeito social que constrói e reconstrói sua cultura, seu conhecimento e sua história no decorrer de seu processo de desenvolvimento (Drago, 2011).

Neste sentido a sociedade deve efetivar ações que garantam o desenvolvimento integral da criança com deficiência, evitando, desse modo, sua segregação social e educacional.

Política e práticas pedagógicas de educação infantil inclusiva da SEMEC-Belém

Política de Educação Inclusiva em Unidades de Educação Infantil

A educação inclusiva é vista pelos gestores como processo que não é fácil, e as mudanças estão ocorrendo gradativamente na Rede Municipal de Educação de Belém com vistas a beneficiar e incluir as crianças com deficiência.

Acessibilidade

No levantamento sobre as condições de acessibilidade das Unidades de Educação Infantil, identificou-se que apenas uma tem acessibilidade arquitetônica e quatro estão em processo de adaptação. No geral nas

Unidades não há no espaço escolar um local adequado para realização de entrevistas com pais e assessoramento aos professores.

Nas creches e pré-escolas não é oferecido o Atendimento Educacional Especializado por meio das salas de recursos que estão presentes apenas em algumas escolas do ensino fundamental e a acessibilidade está sendo feita à medida que as crianças são incluídas nas Unidades de Educação Infantil.

Almeida (2012) menciona que a acessibilidade é uma forma de inclusão social dando oportunidade a qualquer indivíduo de exercer a sua escolha individual e é, portanto, uma abordagem centrada na “pessoa” e nas suas condições e capacidades físicas, sociais e econômicas.

Outro aspecto observado é que algumas UEI's funcionam em espaços não adequados, em casas, cujas adaptações são feitas depois que as crianças com deficiências são inseridas.

A Coordenadora de Educação Infantil (2017) enfatiza que: “a estrutura física das unidades, elas precisam ser alteradas para atender o processo de inclusão das crianças [...] algumas já foram, já estão com projeto pra acessibilidade”.

Assim, a acessibilidade aos espaços físicos na política de inclusão na educação infantil não atende a demanda das unidades de educação infantil existentes.

Enturmação

Uma questão polêmica em relação à política inclusiva do município de Belém é o número de crianças por turma. A Resolução de Nº 29 - CME, de 1 de fevereiro de 2017 estabelece o número de 24 a 28 de crianças na idade de quatro a cinco anos para um professor. Porém, no parágrafo único menciona que: para enturmar a criança com deficiências, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação serão reduzidos em até cinco crianças por turma, se o caso assim exigir e de acordo com a legislação vigente, existindo contradição.

Outro problema na enturmação é que existem 153 crianças nas instituições de educação Infantil, porém, 96 crianças não possuem laudo. Situação que dificulta a redução de crianças por turma.

A Nota Técnica 04/2014 do MEC/SECADI/DPEE enfatiza que a falta do laudo médico não se constitui em impedimento. Entretanto, esse se faz necessário, segundo os professores, para identificar a deficiência, para viabilizar a redução do número de crianças por turma e os benefícios que a escola pode receber para proporcionar um local de qualidade para os educandos.

Presença de estagiários e ausência dos pais nas Unidades de Educação Infantil

A presença do estagiário nas salas da educação infantil é vista pela coordenação da educação infantil como incômoda e complexa, porque coloca em situação de fragilidade a relação entre o cuidar e educar na educação infantil. Observou-se que existe controvérsia sobre essa questão. A Coordenadora da Educação Infantil (2017) menciona que o estagiário acaba exercendo a função de cuidador, mas para a professora 1, “cuidar e educar caminha junto na educação infantil”.

Outra questão apresentada na pesquisa é a ausência dos pais na escola. É frequente ouvir dos (das) professores (as) que os pais não se interessam pela vida escolar de seus filhos, por isso, não acompanham as atividades escolares, não comparecem às reuniões e nem procuram saber como estão no processo de aprendizagem na escola.

Política de Formação e assessoramento pedagógico aos Professores

A pesquisa revelou a necessidade de os professores terem formação específica nas duas áreas, na educação infantil e na educação especial, para garantir o acesso à educação de qualidade, a permanência durante seu processo formativo escolar.

As formações já foram realizadas anteriormente sendo ouvidos os professores da educação infantil. Atualmente, a consulta é feita apenas nas unidades “que estão com crianças com deficiência, matriculados na turma” (Coordenadora de Educação Infantil, 2017). A coordenadora também destaca não se ter o retorno das formações nas práticas dos docentes.

As entrevistas revelaram que a formação é insuficiente e os professores culpabilizam a escola, a formação inicial e continuada. Outro fator enfatizado pelos professores é a separação teórico-prática nas formações recebidas, principalmente na formação inicial.

Ferreira e Santana (2010) enfatizam que: diversos fatores levaram a separação da teoria e da prática entre os quais: a falta de um método didático adequado para possibilitar uma educação inclusiva real e não somente o acesso crianças com deficiências em sala de aula; falta conhecimento e experiência dos professores para trabalhar o processo ensino-aprendizagem.

Na continuada ainda é problemática a separação, mas houve relato de que os cursos de formação continuada realizados possibilitaram a relação teoria-prática. A professora P1 realizou um curso de

especialização e mencionou que este curso contribuiu com a sua prática pedagógica em sala de aula. Já a professora 2, apesar de ter a especialização em psicopedagogia, em situações diversas, não sabia que recursos utilizar com uma criança autista.

Os cursos de formação que são disponibilizados pela Secretaria, no geral são de curta duração ou então não têm relação com as necessidades dos professores e seus contextos de trabalho. A professora P1 relatou que não tem oferta de cursos de longo prazo e se configuravam mais em forma de palestras.

Há, portanto, necessidade de a Secretaria Municipal de Educação ter uma política de formação continuada que atenda as demandas dos professores, bem como acompanhem os resultados destas formações nas práticas dos docentes.

Integração entre a Educação Infantil e a Educação Especial

Observou-se que há pouca integração entre os profissionais que fazem o acompanhamento aos professores da educação infantil na educação especial no âmbito da rede municipal.

A Coordenadora de Educação Infantil explicou que não há trabalho articulado das coordenações de Educação Infantil e a Educação Especial.

Segundo Lück (2009) o ambiente escolar não deve ter divisões, porque possibilita uma prática de pouca qualidade. Desta forma, é urgente a comunicação entre os diferentes setores da SEMEC, em especial, entre a Educação Infantil e a Educação Especial, que perpassa por planejamentos, acompanhamentos e avaliações conjuntos aos professores, visando o desenvolvimento de fato nas escolas de uma política inclusiva.

Dificuldades referentes às práticas pedagógicas na educação infantil inclusiva

A pesquisa evidenciou que os professores da educação infantil apresentam dificuldades no desenvolvimento das práticas pedagógicas com as crianças com deficiências em sala de aula, algumas dessas dificuldades serão explicitadas a seguir.

Dificuldade em viabilizar a interação social da criança com deficiência

No decorrer da observação constatamos que uma professora apresenta dificuldade em propiciar situações pedagógicas, que possibilitem as crianças com deficiências interagir com as demais crianças no espaço de sala e aula. Com isso, as crianças com deficiência em alguns momentos ficavam isoladas ou saíam da sala com a

estagiária para não desenvolver as atividades coletivas da turma com os educandos que não possuíam deficiência.

Assim, as crianças com deficiência nem sempre participavam de todas as atividades da turma e isso ocorria porque a professora não sabia ao certo que atividades realizar com as crianças com deficiência, de modo a incluir a todos

Dificuldade de os professores realizarem adaptações pedagógicas.

Em uma das atividades realizadas em sala de aula, uma das professoras entregou para as crianças um papel com algumas imagens de objetos como: boneca, violão, carro, bola e etc. As crianças teriam que circular com o que brincavam. Para a criança com deficiência intelectual estabeleceu um comando diferente. Com a orientação da estagiária a criança desenvolveu as atividades sem dificuldades. Já a criança autista, que fez a mesma atividade das demais crianças, sem que houvesse uma adaptação metodológica, não conseguiu realizar a atividade. A professora não sabia como proceder com a criança autista.

Outra atividade desenvolvida foi de escrita utilizando a pintura de imagens. As crianças teriam de pintar a imagem que estavam no papel e depois escrever o seu nome embaixo da folha. As crianças com deficiência não escreviam os seus nomes, mas colocavam recortes de letras com a orientação da professora. A criança com deficiência intelectual pintou a imagem com tinta guache no lugar do lápis de cor. A criança autista teve dificuldade para pintar e colar. Observou-se que as adaptações foram favoráveis a criança com deficiência intelectual, pois a mesma sabia seu nome, sabia colar e pintar, diferente da criança autista, que não sabia.

Desta forma, essas dificuldades destacadas neste texto apontam além da necessidade de formação, a mudança de paradigma escolar no currículo da Rede Municipal de Ensino, que viabilize ao professor modificar a prática, para ações pedagógicas mais criativas e críticas, favorecendo a inclusão escolar.

Considerações finais

No decorrer da pesquisa pode-se conhecer como está sendo implantada a política e o desenvolvimento da prática pedagógica de professores na educação infantil em Unidades da rede Municipal.

Em termos da política há necessidade de articular-se as ações e os planejamentos entre a educação especial e a educação infantil, para superar a dicotomia existente que dificulta o trabalho do professor e gera inconsistências na prática pedagógica com crianças. Há necessidade, também, de uma prática pedagógica integrada com os diversos segmentos da Rede, principalmente as coordenações de Educação Infantil e Educação Especial.

A acessibilidade ainda é um projeto em construção no interior da Rede Municipal. Existem muitas controvérsias em relação a presença de estagiários nas salas para atender as crianças incluídas e seus professores, considerando que a relação cuidar e educar é um princípio a ser garantido.

A formação continuada de professores precisa ter uma política específica que possibilite ao professor uma formação consistente teórica e prática, reflexiva e crítica e que sejam acompanhados os resultados das formações em termos da prática docente.

Na inclusão de crianças na educação infantil há avanços, porém, ainda há desafios a serem superados, pois as escolas ainda precisam proporcionar uma educação de/com qualidade, com base em novos paradigmas educacionais que contribuam para a realização de práticas que atendam as especificidades das diferentes deficiências.

Assim, o projeto de inclusão de crianças com deficiência na educação infantil é uma proposta pedagógica em construção inicial na Rede Municipal de Educação de Belém.

Referências

- Almeida, I. M. S.** (2012) *Acessibilidade física nas escolas públicas: um problema de gestão?* Monografia (Especialização em Gestão Pública Municipal). Diretoria de pesquisa e pós-graduação. Universidade Tecnológica Federal do Paraná.
- Belém** (2017) Secretaria Municipal de Educação. *Centro de Referência em Inclusão Educacional Gabriel Lima Mendes (CRIE) 2017*. Disponível: www.belem.pa.gov.br. Acesso: 20 set.2017.
- Belém** (2017) *Resolução N° 29-CME*, 01 de fevereiro de 2017. Altera dispositivos da Resolução n. 22, de 28 de novembro de 2012, que estabelece normas para credenciamento, autorização de funcionamento e diretrizes de organização da Educação Infantil no município de Belém e dá outras providências.
- Brasil** (2017) *Censo Escolar*. Notas Estatísticas Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/notas_estatisticas/2018/notas_estatisticas_Censo_Escolar_2017.pdf. Acesso: 02 de jun. de 2018.
- Brasil** (2014). *Nota técnica N° 04 / 2014 / MEC / SECADI / DPEE*. Data: 23 de janeiro de 2014. Assunto: Orientação quanto a documentos comprobatórios de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação no Censo Escolar.
- Brasil** (2011). Presidência da República. *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*. 4.ed. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos.

- Brasil** (2008). *Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf.politica_educespecial.pdf>. Acesso em 16 de jan. 2014.
- Brasil** (2001). Resolução CNE/CEB nº 2 de 11 de setembro de 2001. *Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica*. Brasília.
- Brasil**. (1996) *Lei Federal n. 9.394/96* de 20 de dezembro de 1996. Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
- Brasil** (1994). *Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva* – Grupo de Trabalho do MEC. 1994.
- Brasil** (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*, Brasília.
- Drago**, Rogério (2011). *Inclusão na Educação Infantil*. Rio de Janeiro: Wak Editora.
- FERREIRA**, Cleia Simone; **SANTANA**, Rômulo Renato Cruz (2017). Reflexões sobre a formação docentes na educação inclusiva. In: COSTA, Vanderlei Balbino da; RODRIGUES, Vania Ramos. *Novos horizontes sobre inclusão escolar: múltiplos olhares*. Curitiba: CRV.
- Kuhlmann**, Moysés Júnior (1998). *Infância e educação infantil: uma abordagem histórica*. Porto Alegre: Mediação.
- Lück**, Heloisa (2009). *A gestão participativa na escola*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Marconi**, Marina de Andrade; **Lakatos**, Eva Maria (2013). *Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos*. 7.ed. São Paulo: Atlas.
- Oliveira**, Ivanilde Apoluceno de; **Fonseca**, Maria de Jesus da Conceição Ferreira; **Santos**, Tânia Regina Lobato dos. (2010). A entrevista na pesquisa educacional. In: Marcondes, Maria Inês; Teixeira, Elizabeth; Oliveira, Ivanilde Apoluceno de (Orgs.). *Metodologias e técnicas de pesquisa em educação*. Belém: EDUEPA.
- Oliveira**, Ivanilde Apoluceno de; **Mota Neto**, João Colares da. (2011). A Construção de categorias de análise na pesquisa em educação. In: Marcondes, Maria Inês; Oliveira, Ivanilde Apoluceno de; Teixeira, Elizabeth (Orgs.). *Abordagens teóricas e construções metodológicas na pesquisa em Educação*. Belém: EDUEPA.
- Oliveira**, Ivanilde Apoluceno de (2005). *Saberes, imaginários e representações na educação especial: a problemática da “diferença” e da exclusão social*. 2e. Petrópolis: Vozes.
- Unesco** (1994) *Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais*. Brasília: CORDE.
- Unesco** (1990). *Declaração Mundial sobre Educação Para Todos*. Jomtien. Tailândia.
- Yin**, Robert K. (2005) *Estudo de Caso: planejamento e método*. 2 ed. Porto Alegre: Bookman.